



## SER QUILOMBOLA: EXPRESSÕES DE IDENTIDADE QUILOMBOLA CONSTRUÍDAS NA COMUNIDADE DONA JUCELINA

*Monaliza Borges de Almeida<sup>1</sup>*

*Faculdade Católica Dom Orione (FACDO), Curso de Psicologia, Araguaína, TO, Brasil.*

*Robenilson Moura Barreto<sup>2</sup>*

*Universidade Federal do Pará, Faculdade de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP-UFPA), Belém - Pará, Brasil.*

**Resumo:** O artigo trata da construção identitária da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, situada na região norte do estado do Tocantins, no município de Muricilândia, partir do referencial teórico psicanalítico que compreende a identificação como parte constituinte do EU. O artigo busca identificar objetos identificatórios que expressam a identidade quilombola na comunidade quilombola Dona Juscelina, bem como contribuir para o aprofundamento dos conhecimentos relacionados as identidades quilombolas e de povos tradicionais na região. Trata-se de uma revisão de literatura, a partir das produções científicas sobre a comunidade. Assim, encontramos elementos identificatórios que expressaram a identidade coletiva da comunidade como a terra, a ancestralidade e o festejo da abolição.

**Palavras-Chave:** Psicanálise; identificação; comunidade Dona Juscelina

### QUILOMBOLA BEING: QUILOMBOLA IDENTITY EXPRESSIONS BUILT IN THE COMUNIDADE DONA JUCELINA

**Abstract:** The article deals with the identity construction of the Quilombola Dona Juscelina Community, located in the northern region of the state of Tocantins, in the municipality of Muricilândia, based on the psychoanalytical theoretical framework that

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela Faculdade Católica Dom Orione. Psicóloga no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) no município de Araguaína -TO e na Estratégia de Saúde da Família (ESF) no município de Muricilândia -TO. E-mail: [monamonizob@gmail.com](mailto:monamonizob@gmail.com) e ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0425-0045>

<sup>2</sup> Psicólogo, Psicanalista. Mestre em Psicologia Clínica e Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará (PPGP-UFPA). Pesquisador do Laboratório de Psicanálise e Psicopatologia Fundamental da Universidade Federal do Pará (LPPF/UFPA). Integrante da Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras (as) e Pesquisadoras (os) (ANPSINEP). Atualmente docente de Psicologia na Universidade CEUMA (Brasília - DF) e Conselheiro do XVIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia (gestão 2019-2022). E-mail: [robenilsonbarreto@hotmail.com](mailto:robenilsonbarreto@hotmail.com) e ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8616-8792>

includes identification as a constituent part of the EU. The article seeks to identify identifying objects that express the quilombola identity in the Dona Juscelina quilombola community, as well as to contribute to the deepening of knowledge related to quilombola identities and traditional peoples in the region. This is a literature review, based on scientific productions about the community. Thus, we found identifying elements that expressed the collective identity of the community such as land, ancestry and the celebration of abolition.

**Keywords:** Psychoanalysis; identification; Dona Juscelina community

### **SER QUILOMBOLA: EXPRESIONES IDENTITARIAS QUILOMBOLA CONSTRUIDAS EN LA COMUNIDADE DOÑA JUCELINA**

**Resumen:** El artículo trata sobre la construcción identitaria de la Comunidad Quilombola Doña Juscelina, ubicada en la región norte del estado de Tocantins, en el municipio de Muricilândia, a partir del marco teórico psicoanalítico que comprende la identificación como parte constitutiva de la UE. El artículo busca identificar objetos identificativos que expresen la identidad quilombola en la comunidad quilombola doña Juscelina, así como contribuir a la profundización de conocimientos relacionados con las identidades quilombolas y pueblos tradicionales de la región. Se trata de una revisión bibliográfica, basada en producciones científicas sobre la comunidad. Así, encontramos elementos identificativos que expresaban la identidad colectiva de la comunidad como la tierra, la ascendencia y el partido de la abolición.

**Palabras-clave:** Psicoanálisis; identificación; Comunidad doña Juscelina

### **SER QUILOMBOLA: EXPRESSIONS IDENTITAIRES QUILOMBOLA CONSTRUITES DANS LA COMUNIDADE DONA JUCELINA**

**Résumé:** L'article traite de la construction identitaire de la Communauté Quilombola Dona Juscelina, située dans la région nord de l'État de Tocantins, dans la municipalité de Muricilândia, à partir du cadre théorique psychanalytique qui comprend l'identification en tant que partie constitutive de l'UE. L'article cherche à identifier les objets d'identification qui expriment l'identité quilombola dans la communauté quilombola Dona Juscelina, ainsi qu'à contribuer à l'approfondissement des connaissances liées aux identités quilombola et des peuples traditionnels dans la région. Il s'agit d'une revue de la littérature, basée sur des productions scientifiques sur la communauté. Ainsi, nous trouvons des éléments d'identification qui ont exprimé l'identité collective de la communauté comme la terre, l'ascendance et le parti de l'abolition.

**Mots-clés:** Psychanalyse ; l'identification; Communauté de Dona Juscelina

## **INTRODUÇÃO**

A pesquisa se insere na busca por uma construção de uma referência epistemológica decolonial na Psicologia a partir das demandas apresentadas na



comunidade quilombola Dona Juscelina. Uma das questões mobilizadoras para a construção dessa pesquisa foi analisar a formação da identidade e o processo de identificação dentro da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, comunidade essa que está situada dentro da cidade de Muricilândia, na região norte do Tocantins. A segunda foi o interesse em compreender como se estabelecem as relações partindo da concepção dos povos tradicionais que contribuem para a formação de uma identidade quilombola nas complexas relações estabelecidas nesse território.

Somos parte de uma sociedade, em que a cor da pele é determinante para construir desigualdades. Mais ainda, traz consigo a ideia da hegemonia racial, colocando a cor branca assim como todos os seus objetos simbólicos nas culturas, religiões e tradições como superiores a tudo que é característico dos povos originários do continente africano. A população negra no Brasil, sempre precisou resistir. Foi justamente nesse contexto de luta e resistência que os quilombos surgiram como pontos de conflito e de sobrevivência ao processo escravocrata.

Os povos africanos que eram aqui escravizados se mobilizavam, promoviam revoltas e fugas. O resultado dessa mobilização e organização política culminou no surgimento dos quilombos como espaços de resistência e sobrevivência. A sobrevivência se consolidou em diversas formas. O afastamento como modo de proteção, a organização coletiva no território de fuga, o modo de organização política e sobretudo a terra como modo de subsistência. Na terra, esse movimento coletivo, formavam comunidades, que se situavam, muitas vezes, em áreas férteis e propícias ao cultivo de uma grande variedade de vegetais e a criação de animais, o que se tornava, em muitos dos casos, a base para a sua reprodução e alimentação. Além dessas atividades, os quilombos também mantinham relações comerciais com vilas próximas, para suprir a demanda de insumos que não produziam e/ou para encorajar outros negros cativos a fuga. Faz-se interessante compreender que, os quilombos não eram comunidades formadas exclusivamente por negros, mas, trata-se na verdade de comunidades heterogenias em que coabitavam, negros, índios e brancos.

Atualmente, no estado do Tocantins, existem 43 comunidades autodeclaradas quilombolas, das quais 38 delas estão certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), encarregada pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral. Procedimento reconhecido pelo decreto nº 4.887/2003 que regulamenta a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das



terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. A Comunidade Quilombola Dona Juscelina é uma dessas comunidades do Tocantins reconhecida pela FCP em 2008 e conta atualmente com 236 famílias quilombolas e surgiu através da peregrinação de romeiros vindos do Maranhão em busca de suas “bandeiras verdes”<sup>3</sup>.

Essa pesquisa se insere nas perspectivas teóricas do campo psicanalítico dos processos identificatórios. Para a psicanálise, a concepção de identidade passa necessariamente por uma concepção dinâmica por ser dependente dos processos identificatórios, contudo os ideais construídos socialmente passam pelos elementos de identificação dispostos na cultura. Nessa construção dos ideais sociais está a concepção do território e o contexto histórico e ancestral do da comunidade quilombola como constituinte desse espaço de relações vivas e cotidianas com a terra e a natureza. Essa pesquisa contará com análise dos documentos históricos produzidos sobre a comunidade, bem como produções acadêmicas, para compreender como os costumes, práticas, festejos e religiosidade constroem e se relacionam com a identidade dos quilombolas nessa comunidade.

### **A FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS QUILOMBOS**

O comércio de escravos, um ramo altamente lucrativo, era além de tudo, estratégico. Conforme abordado por Silva e Silva (2014) os africanos eram dotados de conhecimentos e técnicas dentre os mais diversos ramos e atividades, tais como a agricultura, ferragem, mineração, construção e por isso eram a mão de obra que atenderia aos interesses econômicos e por esse motivo a mais adequada a colonização. Com o grande fluxo de importação de africanos, o Brasil tornou-se a segunda maior nação com ascendência africana. Ainda segundo Silva e Silva (2014) apontam que, não se pode precisar o número de africanos que foram arrancados de seus territórios e de suas práticas culturais para serem escravizados no Brasil. Mas estima-se que “cerca de 15 milhões de africanos entre homens e mulheres foram trazidos, para serem escravizados na América latina, dos quais 40% foram destinados ao Brasil” (REIS E GOMES, 1996, p. 9).

---

<sup>3</sup> Quando a cidade sequer existia e a região era composta pelo verde da mata fechada e as águas caudalosas do rio, e aqui os peregrinos encontram suas bandeiras, estabelecem, e sua descendência aqui vive até os dias de hoje.



É importante saber, contrariando a ideia de escravidão passiva, que desde o início do período escravocrata, os negros escravizados se articulavam de diversas formas, para resistir e lutar contra a escravidão. Muitas foram as formas encontradas pelos escravizados, para lutar contra o sistema escravocrata e contra as condições degradantes e sub-humanas das quais eram submetidos. Conforme Reis e Gomes (1996), “onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos”. Um tipo de resistência que pode ser caracterizada como a mais típica da escravidão é a fuga e formação de grupos de escravizados fugidos. Esses grupos que se formavam em locais diferentes, onde quer que existisse escravidão, tinham também nomes diferentes, como por exemplo na América espanhola onde eram chamados de polenques, cumbes e etc., na América inglesa em que eram chamados de maroons, e no Brasil onde são chamados de Quilombos e/ou Mocambos (REIS E GOMES, 1996, p. 10). Ressalta-se que “[...] embora não tivessem sido as únicas formas de resistência coletiva sob a escravidão, a revolta e a formação de quilombos foram das mais importantes” (REIS, 1995/1996, p.15).

Os quilombos, se constituíram como um movimento típico dos escravizados. Eram formados a partir da fuga dos cativos, em busca de liberdade, constituindo-se assim como um ajuntamento de escravizados fugidos, que formavam um coletivo. Os quilombos poderiam se formar de diversas maneiras, através de uma revolta, ou da adesão desses fugitivos de forma individual.

A formação de quilombos no Brasil se deu por todo o território nacional, onde quer que houvesse escravidão (Reis, 1995/1996). Tinham características diferentes entre si, não se tratando, portanto, de unidades homogêneas, com distinções no que se refere a localização, tamanho, região, número de aquilombados, entre outras coisas. São semelhantes enquanto a sua formação, já que a maioria, se constitui através do agrupamento de escravizados fugidos, em busca de liberdade, mas diferentes já que cada quilombo se institui em um determinado tempo e local (SILVA E SILVA, 2014). De acordo com a sua realidade cada quilombo criava suas próprias formas de sobrevivência.

É certo que a criação e organização desse novo modelo de sociedade, teve como base fundamental as instituições e as visões de mundo trazidas da África, mas também as trocas culturais são importantes nessa construção, visto que eram intensas essas trocas de saberes e fazeres e alianças que aconteciam entre os próprios africanos que vinham de diferentes regiões da África, bem como, com os nativos, mestiços, crioulos e até brancos. (REIS E GOMES, 1996; SILVA E SILVA, 2014)



Além das diferenças nas características e organização, entre os quilombos, decorrentes dessas possibilidades de trocas culturais entre os aquilombados “Na vida cotidiana precisavam forjar alternativas de sobrevivência, defesa e segurança do grupo. De acordo com o lugar, a realidade de cada grupo, suas experiências e alternativas, criavam diferentes formas de sobrevivência.” (SILVA E SILVA, 2014, p.194).

O conceito de quilombo foi invisibilizado e ignorado no meio jurídico, no período do Brasil República, em 1888, as vésperas da assinatura da lei Áurea, e da abolição da escravatura no país, mas o fato de serem negligenciados não quer dizer que os quilombos deixaram de existir nesse período.

Com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, cem anos depois, há o ressurgimento do conceito de quilombo no âmbito jurídico, passando agora a serem nomeados como Comunidades Remanescentes de Quilombos, através do Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a seguinte declaração, “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (BRASIL, 2008)

Somente cerca de quinze anos depois, é lançado o Decreto nº 4.887, em 20 de novembro de 2003, para regulamentar os procedimentos de identificação e reconhecimento das comunidades remanescentes quilombolas, definindo em seu artigo 2º que;

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Além de trazer uma definição institucional sobre uma comunidade quilombola, o decreto também define quais os órgãos competentes a emissão do título a comunidade, que fica sob a competência da Fundação Cultural Palmares, bem como a demarcação de suas terras, conferindo ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (INCRA).

Assim, diante da reconstituição histórica aqui remontada, a construção de uma identidade quilombola passa pelo reconhecimento e pertencimento dessa história. Nessa construção, encontramos conteúdos afetivos e subjetivos essenciais para identificação do



que chamamos “ser quilombola”. Lutar e resistir, fugir e se isolar, modo de viver e cuidar, bem como, pertencimento da terra e do território como modo de sobrevivência. Esse processo de reconhecimento de um grupo étnico-racial, juntamente com a concepção da terra como ponto central de identificação podemos identificar também na trajetória de vida na comunidade quilombola Dona Juscelina como veremos adiante.

### COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA

A comunidade quilombola Dona Juscelina fica localizada na cidade de Muricilândia, uma pequena cidade no norte do estado do Tocantins, com aproximadamente 3,5 mil habitantes. Certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2010, a comunidade conta atualmente com cerca de 237 famílias. Logo na primeira década as famílias quilombolas foram expropriadas das terras que ocupavam desde a fundação do povoado, pelo estado de Goiás, e estas eram entregues a fazendeiros de outras regiões, dessa forma os remanescentes dessa comunidade quilombola estão na condição de urbanos, pois o processo de regularização e reapropriação de suas terras originais, realizado pelo INCRA, ainda encontra-se em andamento.

Ao nos voltarmos para a origem da Comunidade quilombola Dona Juscelina, veremos que município e comunidade se originam do mesmo movimento, a Romaria Negra Popular, um movimento religioso de pessoas negras, adeptos do catolicismo sincrético, uma vez que os povos africanos trazidos ao Brasil eram submetidos a religião católica, essa profissão de fé, resultou, portanto, da mistura de crenças, formando assim, o catolicismo popular, que conforme Hoornaet (1974 apud MACEDO, 2008), é aquele catolicismo praticado pelos indígenas, os povos africanos e os gentios

Catolicismo aqui no sentido mais amplo visto que entre esses, a religião ganhou novos contornos e significados. [...] Apesar de hegemônico na colônia, o catolicismo não conseguiu se impor plenamente. Houve espaço para o sincretismo na medida em que não se conservou a religiosidade como nos locais de origem, mas ganhou novas características ao se defrontar uma com as outras, transcendendo a configuração anterior ao contato.

A líder da romagem é a beata dona Antônia Barros de Sousa, que tem uma visão com Padre Cícero, e é por ele instruída a ir com seus filhos e netos, a mata do Lontra, região na época inabitada, próxima de onde hoje é a cidade de Araguaína. em busca de um morro, onde no topo teria um cruzeiro, ali naquele local estaria sua bandeira verde.



Como é mostrado nesse trecho de um texto escrito por Manoel Filho Borges, membro da comunidade.

[...] Antonia Barros de Sousa um certo dia sai para colher frutos de buriti num brejo arenoso próximo a sua casa, quando levanta a vista como que em um sonho ela vê à sua frente um padre bem velhinho segurando uma bengala, ele a chama e diz: Filha você que mora nessa casa aí. Ela responde: Sim. Ele continua: O que que você tem aí. Ela: Eu não tenho nada. Ele: Tem uns ovos de galinha para comer. Ela: Tenho, vamos lá pra casa. Lá ela cozinha o único ovo que tinha e dá pra ele comer, é nesse diálogo que ela recebe a missão. No dia seguinte a visão se repete. Nas visões que a viúva tinha, um padre mandava que ela deixasse a região onde morava e se deslocasse com seus filhos e neto para a região da mata do lontra e lá se instalasse nas bandeiras verdes e encontrasse o Morro Santo e o Santo Cruzeiro (BORGES, 2015)

Dona Antônia, mulher negra, nordestina, com aparência franzina, na época, na faixa de seus 70 anos, viúva e mãe de dois filhos e um neto, morava no povoado de Brejinho no distrito de Filadélfia, mas a notícia da profecia e de sua partida se espalhou de forma que Dona Antônia não conseguiu sair apenas com sua família, pessoas de vários lugares da região uniram-se a ela na busca pelo Morro do Santo cruzeiro.

[...] de todos os lados no entorno do lugarejo onde ela residia e até mesmo de lugares mais distantes como Filadélfia, e mais distante ainda como de Imperatriz e outros lugares do Maranhão começam a aparecer pessoas que vão até ela no intuito de ouvi-la e segui-la, outros vão no intuito de comprovar a insanidade mental da mulher, mas o certo é que apesar de não convidar ninguém ela consegue contingenciar um considerável número de pessoas que se preparam para deixar o povoado de Brejinho e rumarem ao desconhecido lugar descrito na visão. Essas pessoas que vinham espontaneamente a ela se juntar eram chamados de romeiros, obviamente romeiros de Pe. Cícero (BORGES, 2015).

Sua partida passou por alguns percalços, e acabou sendo adiada por quase seis meses, pois a mobilização atingiria os interesses políticos e econômicos do município de Filadélfia, já que grande parte de sua população se uniria voluntariamente a dona Antônia em sua missão e por isso foi interpelada algumas vezes pela polícia, que a proibiu de deixar o local, e ainda após sua partida, na tentativa de impedir o movimento migratório do grupo de romeiros.

No final da década de 40, é permitido que dona Antônia Barros siga viagem, mas apenas com seus familiares, e ela assim o faz, e sai com seus filhos e neto, para cumprimento de sua missão. Mas os romeiros que não querem mais se apartarem da beata, conseguem alcançá-la próximo ao rio Jacuba na atual cidade Araguaína. Com o período chuvoso o grupo monta um acampamento nas proximidades do rio Jacuba, local que fica





cerca de 100 km de onde saíram em Brejinho, para aguardar o término das chuvas, para então, guiados pela interlocutora entre povo e divindade, adentrarem a mata em busca do Morro Santo do Santo Cruzeiro. Ali naquela região junta-se ao grupo o Senhor João Francisco de Sousa, que mais tarde se tornaria fundador do município de Muricilândia.

O grupo sai do acampamento em que estavam no dia 09 de maio de 1952, para o cumprimento da missão, e no dia 27 de julho de 1952 chegam à região onde hoje é a atual cidade de Aragominas, popularmente conhecida pelos moradores e pessoas da região como Pé do Morro. Podemos encontrar nesse trecho, uma entrevista ao senhor Francisco de Paula Pereira de Sousa (2018), filho de João Paulino, a forma como foi feito o desbravamento da região em busca do lugar da visão da beata.

[...] Ela fez o que nós chamamos aqui de uma equipe, para sair fazendo uma picada [caminho na mata], e o nosso pai deixou claro para nós que a Dona Antônia buscava alguma coisa como se fosse uma espécie de premunição, ela nunca ia à frente da picada, mas ela sempre sabia quando errava a picada, nosso pai dizia que era engraçado, ele e os outros homens iam fazendo a picada e ela vinha atrás, ela acampavam atrás, aí eles saíam de manhã pra fazer a picada, quando eles erravam a direção, que eles voltavam ela dizia que estava errado. Isso era a coisa mais interessante, lembrar que era um tempo que eles não tinham a menor noção de rosa-dos-ventos, norte, sul, leste, oeste. Ela dizia: –olha lá, em tal lugar vocês erraram, vocês têm que entrar tantas braças para a direita. Aí eles se assustavam, inclusive meu pai achava que ela era mística, naquele tempo achava que ela sabia alguma coisa, até quando chegaram em Aragominas [...].

O grupo chega ao alto do morro, lá encontram o Santo Cruzeiro, em baixo de pé de Jatobá, naquele local ergue-se uma capela, pois na profecia da beata, depois que olhos humanos o vissem o crucifixo não poderia mais pagar nem chuva e nem sol. O local (alto do morro) ficou reconhecido como local místico, e é nomeado então como “Morro da Velha” em homenagem a dona Antônia, e ainda hoje recebe os romeiros, para penitências e rezas.

Ao descerem do morro, o grupo de migrantes decidira formar um núcleo populacional ali mesmo, e foi a partir desse mito fundador que se originou a cidade de Aragominas. Os mais velhos contavam que assim que ali se instalaram, ainda sem muitas condições, os romeiros recebiam a visita de bois encantados, que a beata dizia que eram enviados de Pe. Cicero, que deles poderiam usufruir do leite, mas que era proibido o abate.

As terras no local foram divididas e distribuídas por Dona Antônia “[...] Era o período da distribuição dos lotes de terra pela beata aos romeiros, ali deveriam constituir



famílias e viverem sem ambição e em total devoção aos ensinamentos da líder espiritual” (Santos, 2018). Mas por conflitos internos, um grupo liderado por João Paulino, composto por Barnabé José, Marciano, Abdias, José Pequeno, Manoel Barracão, Zacarias e João Fernandes, parte em busca de outras terras, no que denominaram como “Marcha dos Pioneiros”.

No dia 20 de agosto de 1952, o grupo de homens chega às margens de um rio caudaloso, que no seu entorno havia muitos pés de uma árvore frutífera chamada de murici, e por isso, o chamaram de Rio Muricizal. Como estas eram terras devolutas, o grupo resolve que ali poderiam se estabelecer e fazer as suas roças, e naquela mesma estação fizeram suas plantações. Na época da colheita levam consigo suas famílias para ali se instalarem definitivamente, formando um núcleo populacional de 7 famílias, com um total de 33 pessoas. Essas primeiras famílias que deram origem a cidade de Muricilândia e a Comunidade Quilombola, tinham o mesmo nível sócio econômico, e viviam da terra, com suas roças e plantações, que ficava a pouca distância de onde moravam, e daquilo que a natureza lhes oferecia, a caça e a pesca. Assim relata Francisco de Paula Pereira de Sousa;

[...] Na fundação eles viviam basicamente do extrativismo, só depois foi introduzida a questão do gado, era extrativismo mesmo, os legumes, o básico: arroz, feijão, milho, mandioca, caça e peixe. Foi um povo que dependeu muito do rio Muricizal, nos primórdios da fundação, nesse tempo o rio era piscoso [presença de muitos peixes] [...] e eles dependiam muito da caça, eles tinham a cultura, tinha uns que mariscavam, mariscar era caçar onças e outros animais para vender as peles [...] Minha Mãe [Dona Enedina] e um grupo de mulheres [...] eram quebradeiras de coco-de-babaçu [...]. (Santos, 2018)

Era estabelecida uma relação harmoniosa entre homem, natureza e a religiosidade, fenômeno que atravessa e perpassa todo o período de desbravamento da região, ocupação das terras e formação dessa comunidade. Podemos visualizar, um pouco do que foi esse período através da letra de uma canção composta por um dos Griôs da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, o Seu Dos Santos, ele que não estava nessa primeira marcha, mas que veio para comunidade, logo nos anos iniciais.

Tempo bom foi o que passou  
Aqui era mata fria  
No tempo da romaria  
Que o Padre Cicero deixou.  
Toda noite tinha a reza do terço  
De sexta para sábado



Penitência a noite inteira  
De sábado pra domingo  
Penitência a noite inteira  
De domingo pra segunda  
Penitência a noite inteira  
E as vezes dez rosário  
Pra rezar segunda-feira.  
Dia de sábado não se trabalhava  
Segunda também não  
Domingo se rezava  
Sem falar dos dias santos  
E quando a chuva não deixava/E todos tinham fartura  
Porque Deus abençoava (BORGES, 2015)

Logo a notícia de uma nova comunidade, com terras férteis e água em abundância se espalhou, o que atraiu outros habitantes para a região, em busca de um pedaço de chão, para plantar, para colher, inclusive a Dona Antônia Barros que após algumas visitas, em 1954 resolve mudar-se para o novo vilarejo, que por conta de sua forte presença ficou, por alguns anos, conhecido como “Murici da Velha”, e ali viveu até o dia de sua morte. Uma outra figura importante que chega no local, no início da década de 60, é Dona Juscelina, que vem com sua família do estado do Maranhão, e se instalam onde já era o perímetro urbano, pois àquela altura a expropriação de terras já havia começado e já ocorria o fenômeno ao qual denominaremos de “contenção territorial”.

Logo nas primeiras décadas, o projeto de uma comunidade rural, baseada no campesinato negro, onde cada família teria sua bandeira verde, seu pedaço de chão para viver em abundância do que pudesse plantar e colher da terra, é desafiado pelo estado goiano, pois naquela época ainda não existira o Tocantins, e em uma política de reforma agrária, que não respeitava aqueles que já estavam na terra, através do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia/Tocantins (GETAT) e pelo INCRA, desterritorializa as primeiras famílias quilombolas, segregando os no espaço urbano. Em entrevista, Manuel Filho Borges relata;

[...] lá quem chega com os documentos por exemplo, é o pessoal do sul que não conhecia o local e que chegava lá com o título de terra, porque o governo queria era isso, reforma agrária era dar [vender] um lote para produzir, era um mundaréu de terra, e não levavam em consideração quem já estava lá dentro, aí o pessoal fica encurralado, sem saber o que vai fazer, tem a terra, mas não é dono da terra [...] (SANTOS, 2015)



Esse processo de desterritorialização que acontece com as famílias quilombolas inicia-se no final da década de 50 e tem o seu término no início dos anos 70. Mas isso não impede os quilombolas de manterem a relação que já tinham desenvolvida com a terra, e em ações que podemos entender como resistência, a comunidade reterritorializa as práticas que já tinham em ambiente rural e que agora as fariam na cidade, isso perdura até os dias atuais, e é possível perceber em uma breve caminhada pela cidade, onde nota-se um número considerável de plantações de mandioca, milho, feijão e etc. o hábito de plantar para a própria subsistência ainda persiste.

Dona Juscelina foi uma figura de extrema importância para a comunidade desde sua chegada, pois além de ser atuante na política, ao lado de João Paulino, lutando pelos interesses políticos do local, como ela mesma relata neste trecho de sua entrevista a professora e pesquisadora Katiane em 2018.

Em primeiro lugar, saí de minha terra em 56 [1956]. E em segundo entrei aqui no Murici da Velha [alusão a beata Antonia Barros de Sousa], era Murici da Velha em 62 [1962], assim se contavam as casinhas, então a Lucelina lutou junto, ombro a ombro mais João Paulino [fundador de Muricilândia], esse aí que entrou aqui primeirinho, quando eu entrei ele já tinha aqui dez anos. (DONA JUSCELINA, 2018). (SANTOS, 2018)

Como a comunidade era muito ligada a religiosidade, quase não haviam festas ou comemorações, de algum tipo que não fossem as rezas e penitências. Nesse período haviam basicamente o festejo de Nossa senhora das graças, uma festa anual que é realizada até os dias atuais, no mês de setembro, durante nove dias, o festejo da padroeira reúne a parte religiosa com a reza do terço e celebração da santa missa com a parte social contando com o leilão das joias (produto a ser leiloadado, o mais comum é o frango assado), e a venda de comidas e bebidas e a realização de shows dançantes, a seguir um trecho da entrevista de Dona Cícera, Griô da comunidade, que conta como eram os festejos naquela época.

[...] no Festejo de Nossa Senhora das Graças tinha as princesas, as ciganas, era a única coisa que nós tinha aqui, o lindô e o festejo [...] o pessoal assava abóbora, batata, [tinha] açaí, carne de porco, arroz, bacaba e ainda vendia pro pessoal. Era em setembro do dia 15 em diante, antes da Dona Juscelina era o lindô e o festejo [...]. (Entrevista: Cícera Vieira de Almeida, 2018) (SANTOS, 2018)

O lindô, também era tradição no lugar, e o costume perdurou por muitos anos, apesar de hoje em dia não ser mais praticado com tanta frequência e apenas em



apresentações culturais da comunidade, era uma brincadeira de roda em que os jovens dançavam trocando de pares ao som de versos e refrões que eram cantados pelos próprios brincantes.

Mas ao chegar, no Murici da velha, Dona Juscelina leva consigo outras tradições culturais que trouxera do maranhão, a festa do divino pai eterno, o festejo de Santo Reis e a mais influente na Comunidade Quilombola, O Festejo da abolição, que é comemorado anualmente no dia 13 de maio e é conhecido mais popularmente pela comunidade como Festa do Rebolado, esta que foi um dos principais elementos para a construção identitária da comunidade e pro seu reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo, é o que relata Manoel Filho Borges.

[...] Eu posso contar Muricilândia, e fazer um recorte temporal em duas fatias, antes da Juscelina e depois da Juscelina, antes da Juscelina se trabalhava e rezava e muita reza, muita penitência. Quando a Juscelina vem, ela rompe isso aí, apesar dela também ser religiosa, mas ela agrega um outro fator que é a dança [...] No meu ponto de ver a Festa 13 de Maio foi um divisor de águas né, e que marcou o início dessa construção de identidade. Muricilândia não tem uma identidade construída a partir dos fundadores, a identidade de Muricilândia está sendo construída a partir da intervenção da Dona Juscelina [...] (SANTOS, 2018)

Dona Juscelina conta que a festa foi idealizada e realizada inicialmente, ainda no maranhão na cidade de Nova York, pelo seu tio Claro Preto do Saco, ele que junto com sua mãe, avó de Dona Juscelina, alcançaram a senzala e só tiveram sua liberdade após a assinatura da Lei Áurea, pela princesa Isabel, e é por esse motivo que na festa a figura da princesa é tão importante e referenciada, tratada com um cuidado todos especial pela dona da Festa Dona Juscelina.

O tio de dona Juscelina, Claro Preto do Saco, lhe entrega a festa, três meses antes de sua morte, tal como é relatado pela matriarca,

Então meu tio manda me chamar, quando ele adoeceu, a doença dele foi só dos joelhos e desceu [...] enfraqueceu e mandou me chamar, eu tinha 20 anos de idade: –Pronto tio! –Minha filha, mandei lhe chamar porque o Claro Preto não vai mais andar e minha preocupação é essa comemoração que eu faço de alegria que é o 13 de Maio, você garante sustentar, e realizar sempre e não deixar cair [...] –Mas eu sou a terceira filha de papai que é o caçula, irmão seu, e o senhor achou de procurar eu! –Minha filha, porque você é quem vai dar conta, nenhum desses outros dão. Aí eu me orgulhei, comecei já me orgulhar nessa hora né, aí eu falei pra ele: –Tio, pois eu vou tomar de conta, eu não sei se eu faço como o senhor, mas eu vou tomar de conta [...] Quando eu saí de minha terra, morei em Cristalândia [TO], quatro anos [...] mas não tive coragem, uma cidade, mas é garimpo, todo dia eu via morte, então eu não achava capaz de eu brotar [...]. (SANTOS, 2018)



Dona Juscelina decide então que em Muricilândia, realizará a festa, a primeira que fez foi em 1968, alguns anos após sua chegada no local, de lá para cá o festejo já está na sua 46ª edição. A festa se inicia muito antes do dia 13, e exige uma mobilização de grande parte da comunidade em prol de sua realização, que envolve desde ensaios para as apresentações culturais até a arrecadação de fundos, já que a festa que alimenta a alma e identidade da comunidade também alimenta o corpo em um jantar que é servido ao final.

No dia 13, a comemoração começa cedo, logo às 4 horas da manhã, a comunidade se reúne em frente à casa de dona Juscelina, para iniciar a alvorada, de lá saem em uma bela passeata pelas ruas da cidade, ao som dos tambores e dos cantos tradicionais, que são entoados com muita emoção, por todos os participantes, esse momento não exige vestimentas específicas, mas algumas mulheres costumam colocar saias longas e rodadas.

O segundo momento da festa se inicia às 3 horas da tarde, com a celebração de uma missa ecumênica em frente à casa da matriarca, onde se concentra a festa. Às 4 horas da tarde inicia-se o teatro da abolição, que é feito a céu aberto, reproduzindo a assinatura da Lei Áurea, pela princesa Isabel. No teatro é representado um grupo de negros escravizados, que se mobilizam contra os senhores de engenho, mas um é pego e por isso é castigado no tronco, a princesa, então, interrompe as agressões contra aquele homem e faz um breve discurso sobre igualdade racial e então assina a Lei, declarando que daquele dia em diante os negros não serão mais escravizados.

Após o gesto da princesa começa comemoração, onde o grupo que representa os negros escravizados, começa a dançar e pular com alegria ao som do primeiro canto.

Salve a princesa Isabel,  
Deu liberdade a cor, Foi no dia 13 de maio,  
Preto não é mais lacaio, Preto não tem mais senhor.  
Foi no dia em que a princesa assinou,  
A Lei Áurea conseguiu a abolição  
Preto teve o direito de ser cidadão  
Hoje preto pode ser doutor, deputado e senador  
Não há mais preconceito de cor (BORGES, 2015)

Após esse momento começam a organizar os pelotões, para o cortejo pela cidade, o primeiro pelotão é o da família real, com representações da princesa e da rainha, ambas muito bem vestidas, com vestidos de festa e belos penteados, além do príncipe e do rei. Em seguida tem o grupo das balizas, são 10 meninas, entre 06 e 11 anos, antigamente era



tradição a roupa das balizas serem feitas em papel crepom, essas meninas são ensaiadas por uma mulher adulta durante alguns meses, para que saibam a coreografia de todas as músicas.

Logo depois das balizas temos o pelotão dos escravizados, o que mais chama atenção, pois umas das tradições desse grupo é que quem vai de escravizado geralmente pinta a pele de todo o corpo de preto, usando carvão, com exceção de algumas poucas pessoas, o pelotão de escravizados é composto majoritariamente por homens. Atrás do escravizados, temos o pelotão das baianas, este é composto por mulheres, que usam saias rodadas, roupas coloridas e geralmente um pano amarrado na cabeça. Atrás de todos esses pelotões tem a comunidade, os que não vão vestidos com roupas especiais, mas que acompanham todo o cortejo.

Após a comunidade cantar e dançar por toda a cidade, nessa belíssima passeata, ao som dos tambores e dos cantos, retorna a casa de dona Juscelina e após mais alguns minutos de cantoria é servido o jantar, uma comida simples, mas que é feita sempre com muito carinho por um grupo de cozinheiras da própria comunidade.

Em 2013, a festa ganha uma repercussão ainda maior com a implementação do Seminário de Cultura Afro-brasileira e Quilombola da comunidade, que já está na sua 7ª edição, o seminário é geralmente realizado em dois dias sendo 11 e 12, e conta com mesas redondas, palestras, oficinas e apresentações de trabalhos realizados na comunidade, tanto por pesquisadores de fora como os acadêmicos quilombolas, e todos os anos o seminário conta com a presença de muitos mestres e doutores, bem como quilombolas de outras comunidades.

Além do Seminário também foram implementados as noites culturais, com apresentações de grupos de dança da própria comunidade com o Afro Kizomba e as negras Mariamas, de cantores do quilombo, como seu Dos Santos, também as danças tradicionais da região como o lindô e por fim os shows que são gratuitos e abertos para toda comunidade, de forma que a festa passou de um para três dias, começando no dia 10 e se encerrando na noite do dia 13 de maio.

## **OS PROCESSOS IDENTIFICATÓRIOS NA COMUNIDADE DONA JUCELINA**

O campo teórico que norteou esse trabalho, na busca de compreender como se dá a construção identitária da Comunidade Quilombola Dona Juscelina e os objetos



culturais dispostos envolvidos nesse construto, foi o campo psicanalítico. O termo “identidade” é usualmente utilizado para identificação, ou para se referir a conjuntos de características que distingue uma pessoa das demais. E apesar de parecer algo banal. O estudo dos processos identificatórios trazidos por Ceccarelli (2013) e Barreto (2017) nos mostra que, a identidade é algo complexo, pois, ao passo que designa o particular, se refere também ao geral. Ao longo do texto, observamos como os conteúdos disposto na formação de uma comunidade quilombola pode apontar para possibilidades de referências identificatórias para um quilombola. Podemos considerar aqui, as diversidades e particularidades encontradas na formação de sujeitos nesses territórios. Ser quilombola significa reconhecer tudo que caracteriza e identifica o território quilombola. Encontramos na trajetória da Dona Juscelina, a inclusão de um novo elemento constituinte na cultura e na tradição quilombola mais ao norte do Tocantins; a dança como forma de expressão e culto a ancestralidade.

Ceccarelli (2013) revela que a identidade é uma vivência íntima, que nos dá um sentimento indispensável, porém enganador, de um conhecimento de nós mesmos, o que nos garantiria saber que somos nós e não uma outra pessoa, o termo também reagrupa várias ideias, muitas vezes paradoxais, trazendo a permanência, e a imutabilidade “[...]o sentimento de continuar o mesmo com o passar do tempo” (p. 107), em contraponto com outro estado, o de uma unidade e coesão que leva à distinção, nessa relação identitária é marcada fortemente a semelhança entre dois elementos, que parecem idênticos, enquanto realça a diferença com um terceiro elemento, que por muitas vezes parece assustadora e ameaçadora. Em conformidade, com os escritos de Fernandes e Sousa (2016), entendemos que

Identidade é algo em processo, permanentemente inacabado, e que se manifesta através da consciência da diferença e contraste com o outro, pressupondo, assim, a alteridade. Ou seja, “o sujeito se constrói a partir de marcas diferenciais provindas dos outros”<sup>13</sup>. Assim, a identidade é sempre construída em um processo de interação e de diálogo que estabelecemos com os outros (FERNANDES E SOUSA, p. 106, 2016).

E essas relações que se estabelecem, processos de interação, como Fernandes e Sousa mencionam, se dão não apenas como os outros indivíduos, mas também com o ambiente e território em que estão. Com essa concepção, Malcher (2009) vem dizer que “quando discutimos identidade quilombola, território e identidade aparecem intimamente imbricados, a construção do território produz uma identidade e a identidade produz o





território”. Ao pensar a comunidade quilombola Dona Juscelina percebemos que ao conviver com todos os dispositivos encontrados no território, nos damos conta que a religiosidade, a dança e o território são formas de expressão de uma identidade que se configura como ideia de quilombo. A história contada na construção da comunidade Dona Juscelina revela, de maneira objetiva que pertencer ao quilombo é fazer parte de uma convivência harmoniosa com a natureza e com uma cultura ancestral. A ancestralidade aqui é tomada como conceito de terra-mãe. Nesse caso, as marcas que apontam para o nascimento da comunidade quilombola Dona Juscelina como processo identitário está na religiosidade, na dança, no festejo e na natureza. A ancestralidade é o sentimento de pertencimento alimentado pela capacidade de traçar a genealogia e contar as histórias do coletivo. “Assim, todo africano tem um pouco de genealogista e é capaz de remontar a um passado distante em sua própria linhagem” (BÂ, 1982:211). Podemos tomar como exemplo a chegada de Dona Juscelina do Maranhão como resgate histórico e genealógico que preserva e ao mesmo tempo constrói uma identidade dentro de uma comunidade quilombola que depois levaria sua identidade e conseqüentemente seu nome.

É nesse momento que trazemos a psicanálise com a afirmativa de que, a identidade só pode ser pensada de maneira dinâmica, pois esta é dependente e construída a partir de processos que são denominados de ‘processos identificatórios (CECCARELLI, 2013; BARRETO, 2017). Os processos identificatórios se estabelece na cultura a partir de suas referências identificativas disposta para um grupo pertencente. A cultura formada nos grupos e o reconhecimento dos objetos neles dispostos constitui inconscientemente um laço afetivo direcionado ao objeto de escolha. Freud (1921, p. 48) trata a identificação como;

[..] a mais antiga e original forma de ligação afetiva; nas circunstâncias da formação de sintomas, [...] e do predomínio dos mecanismos do inconsciente, sucede com frequência que a escolha de objeto se torne novamente identificação, ou seja, que o Eu adote características do objeto (FREUD, p. 48, 1921).

É, portanto, através da identificação que o eu, se constitui, em movimentos, duplos, de diferenciar-se, mas também, de absorver. Portanto, a comunidade quilombola Dona Juscelina dispõe de elementos culturais e coletivos, pelo qual podemos dizer que somos quilombola. Ser quilombola requer viver, sob o laço afetivo, a ancestralidade como resgate de uma memória como parte da constituição do sujeito nesse território. E este movimento de identificação ocorre várias vezes, e com objetos diferentes, é por essa razão



que a identidade só pode ser pensada de maneira dinâmica e como apontado por Barreto (2017) é derivada dos processos identificatórios, processo vivo e ativo.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, nos propusemos a apresentar como os objetos dispostos na constituição da comunidade quilombola Dona Juscelina contribuem para o aprofundamento dos conhecimentos relacionados as identidades dos povos tradicionais, e a aproximação entre a Psicologia e as comunidades quilombolas da região, realidades que não podem ser negligenciadas como um diálogo necessário para a decolonialidade do saber e fazer psicológicos.

A partir do conhecimento, a respeito da história do Quilombo Dona Juscelina, que foi aprendido e retomado como memória ancestral por meio de uma vivência pessoal, de conversas informais e da leitura de trabalhos e documentos produzidos pela comunidade, e das relações que se estabelecem dentro da comunidade, tanto entre sujeitos, como a relação com o território, trazemos como hipóteses de elementos centrais na constituição dos seus processos identificatórios: o território, a ancestralidade e a festa do rebolado (festejo da abolição).

Colocamos a terra como parte do elemento/objeto de identificação, por ser forte a sua presença desde o início. Mas antes de tudo precisaremos fazer um esclarecimento a respeito do que estamos chamando de terra neste trabalho, a terra, que aqui nos referimos, não se trata tão somente do solo, mas da relação que com ele é estabelecida com ele e com o território, relação de interdependência e de cuidado mútuo. Foi o desejo pela bandeira verde, pela terra que foi prometida, para plantar, colher e viver em harmonia, entre divindade, humanidade e natureza que deu origem a comunidade, foi na terra que os pioneiros plantaram as suas roças e dela tiraram o seu sustento.

Mesmo após a expropriação, que foi feita pelo estado de Goiás aos quilombolas, a identificação com a terra permanece e resiste, nos quintais da comunidade se vê as pequenas plantações de grãos como milho, feijão, fava, hortaliças e ervas medicinais, que fornecem alimento e remédio para as famílias quilombolas.

A ancestralidade é um outro elemento marcante nessa construção identitária, as relações familiares na comunidade são estreitas, é grande a convivência e relação entre filhos, pais e avós, nesse relacionamento, próximo e constante, adquire-se um forte



conhecimento sobre sua origem e sobre si mesmo, os saberes e fazeres são passados de pais e avós para filhos e netos. Também dentro da ancestralidade, fazemos referência aos Griôs da comunidade, os sete anciãos, detentores do saber e do conhecimento, memória e bibliotecas vivas, respeitados e admirados pelos mais jovens, requisitados para conselhos e direcionamentos. E ainda a matriarca da comunidade Dona Juscelina, uma mulher preta, retirante do nordeste, que em seu matriarcado contingencia em torno de si todo esse povo, revolucionando a cultura e história da comunidade, responsável pelo maior símbolo cultural de seu quilombo, o festejo da abolição.

O festejo da abolição ou festa do rebolado, ensinado, conduzido e guiado por Dona Juscelina, é um outro elemento de extrema importância nessa construção identitária. Foi em torno do rebolado, essa que é uma das maiores festividades da região, que a comunidade se organizou. Mais do que uma festa, uma fonte de conhecimentos e aprendizados, pois foi através do rebolado que a comunidade aprendeu, com dona Juscelina, a história da diáspora e de seus antepassados, possibilitando outras identificações com o povo preto, reconhecendo-se e se identificando como sujeitos negros e afrodiaspóricos.

Ressaltamos que em nosso trabalho, não trouxemos verdades absolutas e sim considerações, portanto estes não são os únicos elementos constitutivos dos processos identificatórios da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, mas são os que entendemos como os elementos mais influentes na construção de uma identidade étnica e racial positiva na comunidade e são através desses elementos identificatórios que mais percebemos a resistência da comunidade frente à colonialidade, eurocentrismo e racismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Assunção José Pureza (Org.). Quando a universidade vai ao quilombo. Castanhal-PA: UFPA, 2016.

AMARAL, Assunção José Pureza (Org.). Da universidade ao quilombo. Castanhal-PA: UFPA, 2015.

ASSIS, Luís Guilherme Resende de. Da romaria negra popular às comunidades quilombolas do Norte do Tocantins. *Áltera – Revista de Antropologia*, João Pessoa, v. 1, n. 4, p. 205-235, jan. / jun. 2017.

BÂ, Hampaté A. A Tradição Viva In: VERBO, J-KI: História Geral da África, São Paulo, *Ed. Ática*: 1987. Páginas 181-218.

BARRETO, Robenilson Moura. Contribuições psicanalíticas para a compreensão do preconceito racial: Um estudo de caso. Belém, PA. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado,

Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de pós-graduação em psicologia, 2017.

BARRETO, Robenilson Moura. CECCARELLI, Paulo Roberto. LOBO, Warlington Luz. O Negro e a Mídia: novas possibilidades de referências identificatórias nas redes sociais. In: *Conversas transversalizantes entre psicologia política, social-comunitária e institucional com os campos da educação, saúde e direitos*. v. 7. Organização: Flávia Cristina Silveira Lemos ([et al.]). - 1. ed. - Curitiba: CRV, pp. 709-718, 2017.

BARRETO, Robenilson Moura. CECCARELLI, Paulo Roberto. Considerações psicanalíticas sobre preconceito racial: um estudo de caso. *Estudos de Psicanálise*, Belo Horizonte, MG. n. 50, p. 145-154, dez. 2018.

BARROS, Paulo Esber, BARRETO, Robenilson Moura. Corpo negro e pornografia. *Bagoas*, n. 19, p. 301-315, 2018.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; Ramón Grosfoguel. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: *Autêntica Editora*: 2018.

BORGES, Manoel Filho. A história de Muricilândia. 2015.

CECCARELLI, Paulo Roberto. Identidade: A construção de um sentimento. In:\_\_\_\_\_. *Transexualidades*. 2. ed. São Paulo: *Casa do psicólogo*, 2013.

CHIAVENATO, Júlio José. O negro no Brasil. 1. ed. São Paulo: *Cortez Editora*, 2012.

DOMINGOS, Reginaldo Ferreira. Ser ou se tornar negro: território, memórias e a construção de uma identidade negra. In: OLIVEIRA, Alexandra Flávia Bezerra. (Org.) et al. *Artefatos da cultura negra no Ceará*. 1. ed. Curitiba: CRV, 2015.

FERNANDES, Viviane Barbosa. SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. n. 63, p. 103-120, abr. 2016.

FERREIRA, Lucio Menezes. Sobre o conceito de arqueologia da diáspora africana. *MÉTIS: história & cultura*. v. 8, n. 16, p. 267-275, jul./dez. 2009.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu. In:\_\_\_\_\_. *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)*. 1921.

MACEDO, Emiliano Unzer. Religiosidade popular brasileira colonial: um retrato sincrético. *Revista Ágora*. Vitória, n. 7, p. 1-20, 2008.

MALCHER, Maria Albenize Farias. Identidade quilombola e território. *Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação*. Belém, 21 a 25 de jan. pp. 399-421, 2009.

MASCARENHAS, Carlos Alberto de Souza. AMARAL, Assunção José Pureza. Quilombo: espaço de liberdade e de luta pelo território com base na ancestralidade. In: MEZÊNCIO, Márcia de Souza. *Metodologia e pesquisa em psicanálise: uma questão*. *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 104-113, jun. 2004.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*. p. 14-39, dez./ fev. 1995/1996.

REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. *São Paulo: cia. das Letras*, 1996.

SALOMÃO, Fausy Vieira. CASTRO, Cristina Veloso de. A identidade quilombola: territorialidade étnica e proteção jurídica. *Caderno do Programa de pós-graduação em direito PPGDir./UFRGS*. Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 236-255, 2018.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos. SCHUCMAN, Lia Vainer. MARTINS, Hildeberto Vieira Martins. Breve Histórico do Pensamento Psicológico Brasileiro Sobre Relações Étnico-Raciais. *Psicologia Ciência e Profissão*. v. 32, p. 166-175, 2012.

SANTOS, Katiane da Silva. DO PASSADO AO PRESENTE: A Festa 13 de Maio da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território), Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO, 2018.

SCHUCMAN, Lia Vainer. MARTINS, Hildeberto Vieira. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. *Psicologia Ciência e Profissão*. v. 37, 172-185. 2017.

SILVA, Giselda Shirley da. SILVA, Vandeir José da. Quilombos brasileiros: alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil. *Revista Mosaico*. v. 7, n. 2, p. 191-200, jul./dez. 2014.

STARNINO, Alexandre. Sobre identidade e identificação em psicanálise: um estudo a partir do Seminário IX de Jacques Lacan. *Dois pontos. Curitiba, São Carlos*, v. 13, n. 3, p. 231-249, dez. 2016.

SOUZA, Ercília Maria Soares. Processos identitários e suas vicissitudes em uma comunidade quilombola. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2007.

*Recebido em: 01/06/2022*

*Aprovado em: 25/06/2022*